



Índios acompanham audiência pública na Comissão de Direitos Humanos

Indigenistas apóiam criação da reserva Raposa Serra do Sol

Paulo Paim preside debate sobre reserva indígena cuja desocupação está gerando conflitos. **Página 7**



Na reunião, Sydney Possuelo (E), César Augusto Baldi, Paim e Joênia Wapichana

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIV – Nº 2.804 – Brasília, quinta-feira, 15 de maio de 2008

Senadores aplaudem decisão do Supremo que restringe uso de MPs

O Supremo Tribunal Federal concedeu ontem liminar suspendendo a medida provisória que abriu crédito extraordinário de R\$ 5,4 bilhões para diversos órgãos. Senadores opositoristas aplaudiram a decisão, que resultou de ação apresentada pelo PSDB sob o argumento de que a MP é inconstitucional por não tratar de tema relevante e urgente. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que o presidente Lula “está ficando isolado” ao insistir no “uso indiscriminado de MPs”. **Página 4**



Observado por Patrícia Saboya e Luiz Cury, Lupi (E) prevê mais 2 milhões de empregos

Há mais empregos para jovens, afirma ministro em audiência

O número de novas vagas no mercado de trabalho formal em 2008 deve chegar a perto de 2 milhões, como previu ontem o ministro Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego (MTE), em audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A se confirmar a projeção, serão mais de 400 mil novos postos acima do total de empregos formais criados em 2007.

O entusiasmo do ministro foi acompanhado de preocupação com a empregabilidade da força de trabalho disponível. No ano passado, conforme o ministro,

1 milhão de trabalhadores deixaram de ser contratados por falta de qualificação.

A audiência, proposta pelos senadores Patrícia Saboya (PDT-CE) e Papaléo Paes (PSDB-AP), tratou das políticas do governo federal quanto à qualificação de jovens e sua inserção no mercado de trabalho. Lupi disse que, pela primeira vez, a oferta de empregos cresce de forma proporcionalmente maior em favor do segmento formado pelos jovens e, ainda, por pessoas com mais de 50 anos.

Concurso para 150 vagas no Senado

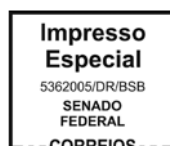
Conforme ato da Mesa do Senado, serão oferecidas em concurso público 90 vagas para nível superior e 60 para nível médio. **Página 6**

Informação sobre político condenado

A CCJ aprovou projeto de Pedro Simon que obriga a divulgação, no período eleitoral, dos nomes dos candidatos condenados. **Página 3**

Movimentação suspeita na mira

A CPI das ONGs terá acesso a dados do Coaf sobre a movimentação financeira de organizações suspeitas de irregularidades. **Página 5**



As senadoras Patrícia Saboya, Serys Shessarenko e Fátima Cleide participaram ontem à noite da Caminhada Luminosa, ato de protesto realizado entre a Praça dos Três Poderes e a entrada do Congresso Nacional contra a violência que atinge crianças e adolescentes em todo o país. **Página 5**

Senadores governistas derrubam requerimento de Mesquita Júnior que pretendia adiar votação da mensagem até que o TCU enviase informações sobre multa imposta ao indicado

Indicação para diretor-geral da ANTT passa na Infra-Estrutura

Por 15 votos a 5, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem a mensagem presidencial de indicação de Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A matéria vai ao Plenário.

A votação no colegiado só foi possível depois que os senadores da base governista conseguiram rejeitar requerimento de adiamento da matéria, apresentado pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Ele pretendia obter esclarecimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito de condenação de Gonçalves de Oliveira, então diretor administrativo-financeiro

da Valec, ao pagamento de multa no valor de R\$ 4.500.

O episódio constou de relatório em separado oferecido por Demostenes Torres (DEM-GO). O senador argumentou que o indicado está impedido de concorrer a mandato eletivo até 2011, em virtude da condenação pelo TCU. Segundo Demostenes, Gonçalves de Oliveira não disporia da “reputação ilibada” necessária ao exercício do cargo na ANTT.

Explicações

Na presidência da reunião, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) decidiu inicialmente dar a palavra ao indicado, para só então submeter o requerimento à comissão.

No seu depoimento, Gonçal-

ves de Oliveira garantiu possuir reputação ilibada para exercer a função. Explicou ter recorrido da decisão do TCU, que o condenou por haver feito um acordo com o governo do Maranhão para que este – e não a Valec – fosse responsável pela elaboração de estudo de viabilidade de um trecho ferroviário de 250 quilômetros ligando Balsas (MA) à ferrovia Norte-Sul.

Depois das explicações do indicado, vários senadores da base governista chegaram à comissão e votaram contra o requerimento e a favor da mensagem. Enquanto ocorria a votação, Gonçalves de Oliveira respondeu a outros questionamentos apresentados pelos integrantes do colegiado.

Aprovadas mudanças no Plano Nacional de Viação

A Comissão de Infra-Estrutura aprovou ontem parecer favorável a dois projetos de lei da Câmara que alteram o Plano Nacional de Viação.

Uma das propostas, o PLC 125/07, inclui expansão da rodovia BR-421, entre os municípios de Machadinho d'Oeste e Guajará-Mirim, em Rondônia. O relator foi o senador Expedito Júnior (PR-RO).

O segundo projeto aprovado (PLC 94/07) introduz no Plano Nacional de Viação novo trecho rodoviário entre a BR-163, no contorno de Campo Grande, e a divisa entre os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. A



Em reunião presidida por Delcídio Amaral, CI aprovou ontem diversas proposições

matéria foi relatada pelo senador Delcídio Amaral.

Portos

A comissão aprovou ainda requerimentos destinados à realização do I Seminário Nacional

de Logística, em agosto, e de audiência pública sobre o resultado de auditoria realizada pelo TCU a respeito da situação dos portos marítimos e fluviais em todo o país.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta trancada

A sessão plenária, às 14h, é deliberativa. A pauta continua trancada por medidas provisórias.

Presidente do TSE visita Garibaldi

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe o primeiro-ministro da Finlândia, Matti Vanhanen, às 11h, e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Ayres Brito, às 11h30.

Prevenção de fraude e desperdício

O ciclo de debates “Controle Público – Instrumento de Cidadania”, promovido pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), terá, às 9h, sua segunda reunião sobre “Prevenção de Fraude e Desperdícios”. Entre os convidados estão o ministro do Controle e da Transparência, Jorge Hage; o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Walton Alencar Rodrigues; a diretora-executiva do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Iara Pietricovsky; e o auditor-chefe do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Gil Pinto Loja Neto.

Paternidade

Reunião, às 10h, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa pauta de 11 itens. Entre eles encontra-se o projeto de lei que pretende ampliar a licença-paternidade de cinco para 15 dias (PLS 666/07).

CPI da Pedofilia

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia realizada, às 9h30, reunião administrativa para votação de requerimentos.

CDH discute temas ligados aos negros

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza, às 9h, debate sobre questões de interesse dos negros. Entre os convidados estão o ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos; um representante do Ministério do Meio Ambiente; o coordenador de Formação Política do Movimento Negro Unificado (RS), Antônio Inácio Matos da Silva, entre outros.

Seminário internacional na UnB

Às 9h, no Auditório Dois Candangos, da UnB, o seminário internacional *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada* reúne especialistas em ciência política internacional de Estados Unidos, Espanha e Itália, e de universidades brasileiras. O encontro será aberto pelo 1º secretário do Senado, Efraim Morais, que preside o painel sobre o tema “Relação Executivo-Legislativo”.

Viação Nacional

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) se reúne, às 11h, para analisar sete itens em pauta, entre eles três que tratam do Plano Nacional de Viação.

Senadores na África

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado brasileiro realiza hoje, às 15h, reunião conjunta com a Comissão de Relações Exteriores do Senado da Nigéria em Abuja, capital do país. Co-presidida pelos

senadores Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da CRE, e Jibril Aminu, presidente da comissão nigeriana, essa reunião é um dos eventos que compõem a agenda da comitiva de senadores brasileiros em seis países africanos.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Mão Santa, Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, Neuto de Conto, Alvaro Dias e Augusto Botelho

Substitutivo prevê que telefonia fixa poderá oferecer TV por assinatura

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) reuniu-se ontem com o relator do projeto (PLC 29/07) que dispõe sobre a organização e exploração das atividades de comunicação social eletrônica, deputado Jorge Bittar (PT-RJ). A matéria está na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara.

A reunião serviu para subsidiar o grupo criado na CCT para sistematizar a legislação referente à televisão por assinatura e propor a regulamentação de todas as modalidades de televisão existentes. Bittar explicou seu substitutivo, que visa promover a competição, possibilitar a convergência tecnológica e estabelecer uma política de cotas para a exibição de conteúdo audiovisual.

O substitutivo exclui a radiodifusão e prevê a extinção da Lei do Cabo (Lei 8.977/95) para possibilitar a prestação desse serviço por concessionárias de telefonia fixa.

– Hoje, diversas plataformas são regidas por legislações diferentes e por portarias do Ministério das Comunicações. Não se imaginava que o fio do telefone permitiria TV por assinatura, além do serviço de voz, banda larga e TV por assina-



Relator na CCT, Antonio Carlos Júnior vai esperar decisão da Câmara sobre TV a cabo

tura – disse Bittar.

O substitutivo prevê que os canais que se dedicam à exibição de conteúdo qualificado (cinema, animação infantil e documentários, entre outros) terão que ocupar pelo menos 10% de sua programação com produções nacionais. A proposta prevê ainda a transferência de parte dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) para um fundo com o objetivo de financiar a produção audiovisual, o que poderá somar R\$ 500 milhões anuais.

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), coordenador do grupo de trabalho da CCT, informou que vai esperar a votação do substitutivo na Câmara antes de apresentar sugestões.

Senadores elogiam Marina Silva e celebram sua volta ao Senado

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) homenageou a senadora licenciada Marina Silva (PT-AC), que pediu demissão do cargo de ministra do Meio Ambiente e deve retornar ao Senado.

Suplicy leu a carta de demissão encaminhada por Marina Silva ao presidente Lula, em que ela reclama das dificuldades “para dar prosseguimento à agenda ambiental federal”.

Depois, o senador ressaltou a trajetória incomum da mulher de família pobre, tardiamente alfabetizada, e hoje uma referência mundial da causa ecológica.

Ele pediu a atenção do ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, a Marina sempre que o assunto for a Amazônia.

Ao comentar o discurso de Suplicy, os senadores foram unânimes em afirmar a capacidade de Marina Silva e a perda sofrida pelo governo e pela área de meio ambiente com a sua saída. Paulo Paim (PT-RS) disse que a perda será compensada pela atuação da senadora na Casa.

Enquanto Mão Santa (PMDB-



Suplicy foi acompanhado por vários colegas na homenagem que fez a Marina

PI) reafirmou sua admiração pela ex-ministra, Pedro Simon (PMDB-RS) revelou ter consciência dos “enormes percalços” de Marina no governo.

Jefferson Péres (PDT-AM) observou que a demissão foi “um dia ruim para o governo e a Amazônia”. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) lembrou ter divergido da ministra por conta da lei de concessão de florestas, mas está confiante em sua contribuição à luta ambiental no Senado.

Suplente de Marina Silva, Sibá Machado (PT-AC) teve sua atuação no Senado elogiada por Mesquita Júnior e Suplicy.

Alvo de muita polêmica em debate na Comissão de Constituição e Justiça, proposta de Pedro Simon deverá ser submetida a votação no Plenário do Senado

CCJ aprova exigência de divulgar nomes de candidatos condenados

Após uma polêmica que envolveu vários senadores, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a proposta que obriga a Justiça a divulgar, durante o período da propaganda eleitoral, os nomes dos candidatos que tenham sido condenados em primeira instância por processos criminais. O PLS 255/06 é de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS).

Vários senadores criticaram a matéria ou sugeriram modificações ao texto, que, originalmente, previa a obrigatoriedade da divulgação sem que fosse necessária qualquer condenação – bastaria existir o processo contra o candidato. A exigência de condenação em primeira instância foi acrescida ao projeto após seu relator, Jefferson Péres (PDT-AM), acatar emenda apresentada por



Simon: eleitor poderá votar “de forma mais consciente”

Marconi Perillo (PSDB-GO).

Simon avalia que sua proposta permitirá aos eleitores conhecer a situação jurídica dos candidatos e votar “de forma mais consciente”. Ele ressaltou ainda que a Justiça Eleitoral terá de destacar

que os candidatos citados não podem ser considerados culpados até que se concluem os respectivos processos.

Como a matéria foi aprovada em decisão terminativa, poderia ser enviada diretamente para a Câmara dos Deputados. No entanto, Arthur Virgílio (PSDB-AM) anunciou que apresentará recurso para que o texto seja analisado no Plenário do Senado. Ele defende a tese de que a divulgação ocorra apenas quando os candidatos já tiverem sido condenados em segunda

instância. Virgílio argumentou que dessa forma seriam evitados os casos em que, por exemplo, “um governador, utilizando-se de um juiz corrupto, obtenha a condenação de um adversário em primeira instância”.

Simon comunica aprovação e lamenta saída de ministra

Pedro Simon (PMDB-RS) comunicou ao Plenário a aprovação, pela CCJ, de seu projeto que obriga a Justiça Eleitoral a divulgar os nomes dos candidatos que tenham sido condenados em primeira instância em processos criminais.

O senador disse que o projeto se completa com outros dois: o que proíbe a candidatura de todos os que respondem a processo na Justiça Eleitoral; e o que obriga esse ramo da Justiça a proferir sentença para todos os acusados antes das convenções partidárias para escolha dos candidatos. Simon lembrou que a Constituição proíbe apenas a candidatura daqueles cuja condenação transitou em julgado, ou seja, não permite a apresentação de recurso em nenhuma instância da Justiça.

Em apartes, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiaram Simon, que ainda manifestou sua tristeza pela demissão, a pedido, da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, prevendo que ela será indicada e ganhará o Prêmio Nobel.

Dispensa de licitação em compras para militares em operações de paz

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou na reunião de ontem proposta que dispensa de licitação as compras de bens e serviços para os militares brasileiros em operações de paz no exterior – como é o caso dos que estão no Haiti. Esse projeto de lei (PLC 123/07), já aprovado na Câmara sob a forma do PL 5.939/05, ainda tem de passar por votação no Plenário do Senado.

De acordo com o Ministério da Defesa, “a medida tem o propósito de garantir melhores condições de segurança para a permanência de uma força militar no exterior e assegurar a sua capacidade

operacional no cumprimento das missões”. Esse trecho consta da minuta que o então ministro da Defesa, José Alencar, apresentou em junho de 2005, para justificar a apresentação da proposta.

O relator da matéria na CCJ, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), defendeu a sua aprovação – que implica alterar a Lei 8.666/06, que trata de licitações. Em seu relatório, ele afirma que “as tropas brasileiras em missões de paz podem se sujeitar a condições imprevisíveis (...), incompatíveis com as exigências formais estabelecidas em um processo licitatório”.



Na CCJ, Jarbas Vasconcelos (D) apresenta relatório em defesa de projeto

Decisão foi uma resposta a ação impetrada pelo PSDB, sob o argumento de que a MP é inconstitucional por não tratar de tema urgente e relevante

Líderes decidem desobstrução da pauta na terça

Os líderes partidários decidiram ontem que trabalharão para desobstruir a pauta a partir de terça-feira. Segundo o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, entre terça e quarta-feira devem ser apreciadas de quatro a seis das 13 medidas provisórias que trancam a pauta – quatro delas foram lidas ontem por pressão da oposição.

Garibaldi voltou a atribuir ao governo e à oposição a dificuldade para apreciar matérias.

– Essas medidas chegam muitas vezes sem dar tempo para um aprofundamento, um exame. E o governo continua acumulando – afirmou.

Na próxima semana deve ser votada a MP que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nas proximidades dos municípios (MP 415/08, transformada no PLV 13/08), e a que permite o contrato temporário de trabalhadores rurais (MP 410/07, transformada no PLV 08/08).

Segundo a líder do PT, Ideli Salvati (SC), há divergências em relação a duas MPs: a 412/08 (PLV 10/08) – que prorroga até 31 de dezembro de 2011 o regime tributário para incentivo ao Programa de Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária – e a 413/08 (PLV 14/08), que aumenta de 9% para 15% a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido dos bancos.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), observou que “há uma reforma tributária embutida na MP 413” para compensar perdas com o fim da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O líder do DEM, José Agripino (RN), frisou que seu partido também tem dúvidas em relação à matéria.

Numa sessão marcada pela decisão do Supremo Tribunal Federal, que considerou inconstitucional a edição de medidas provisórias que abrem crédito extraordinário, o líder do PSDB disse considerar “humilhante para o Congresso” que o Senado tenha de aproveitar “janelinhas” entre as votações de MPs para apreciar outras matérias.



Paulo Lima

Reunião de líderes decidiu que a votação de quatro das 13 medidas provisórias que trancam a pauta do Senado deve ser iniciada na terça

Senadores aplaudem liminar do STF contra medida provisória

Senadores da oposição aplaudiram em Plenário a liminar concedida ontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF) suspendendo a medida provisória (MP 405/07) que abriu crédito extraordinário de R\$ 5,4 bilhões para a Justiça eleitoral e vários órgãos do Executivo, inclusive para a recém-criada TV Brasil.

A ação foi apresentada pelo PSDB, sob o argumento de que a medida é inconstitucional por não tratar de tema urgente e relevante, como determina o artigo 62 da Constituição, nem considerar os critérios de imprevisibilidade e urgência, requeridos para a abertura de créditos extraordinários, conforme o artigo 167 da Constituição. Seis ministros do Supremo acompanharam o voto do relator, ministro Gilmar Mendes; cinco votaram contra.

O presidente nacional do PSDB, senador Sérgio Guerra

(PE), salientou que a decisão “é um marco para o funcionamento das instituições democráticas”, pois o governo vinha cometendo “excessos” e promovendo “manifestações de autoritarismo, subestimando o Poder Legislativo”.

Constrangimento

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, disse que, a partir de agora, o Congresso “não terá mais o constrangimento de medidas provisórias que tratam de créditos extraordinários, a não ser nos casos de crise inesperada, comoção social, calamidades”.

Já o senador José Agripino (RN), líder do Democratas, ponderou que a oposição feita pelo seu partido às medidas provisórias que abriam crédito extraordinário “não era nenhuma atitude impertinente, nem que desejasse criar dificuldades ao país; era a defesa da legalidade”.

A imediata retirada da pauta de

todas as medidas provisórias que tratam de créditos extraordinários foi solicitada pelo senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). Renato Casagrande (PSB-ES) admitiu que o STF acabou por decidir um assunto que deveria ter sido regulado por deputados e senadores.

Marco Maciel (DEM-PE) voltou a sugerir a extinção do instituto da medida provisória, observando que o presidente da República dispõe do pedido de urgência para votações do Congresso, o que obriga os parlamentares a votarem um projeto em 90 dias.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), da base do governo, admitiu a extinção das MPs. Outro senador governista, Valter Pereira (PMDB-MS), ressaltou que “não foi o presidente Lula quem inventou a medida provisória”.

Decisão deixa o presidente Lula isolado, diz Garibaldi

Ao comentar a decisão do Supremo Tribunal Federal, que considerou inconstitucionais os pressupostos de urgência e relevância da medida provisória que abria crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Executivo e da Justiça Eleitoral (MP 405/07), o presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “está ficando isolado” ao insistir no “uso indiscriminado das medidas provisórias”.

– O Judiciário toma uma deci-

são dessas, o Legislativo está todo unido. A tendência é realmente exaurir qualquer esforço que venha a representar um atentado a essa conquista.

Para Garibaldi, o Supremo dá uma lição sobre o que é urgente e relevante quando se trata de matéria orçamentária e o que pode ser objeto de projeto de lei.

– Foi um passo restritivo no uso das medidas provisórias, uma conquista do Legislativo no sentido de legislar. É um freio.

O presidente disse ainda que a

decisão pode influenciar na votação do substitutivo do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ) à proposta de emenda à Constituição (PEC 511/06), em discussão na Câmara, que altera o rito de tramitação das MPs.

Na votação da matéria na Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa, por não ter havido acordo entre oposição e governo em relação às MPs que tratam de crédito extraordinário, os deputados decidiram fechar o texto em Plenário.

Mais quatro MPs trancam a pauta

Foram lidas ontem, em Plenário, quatro medidas provisórias: as MPs 419, 420, 421 e 423, todas de 2008, e o Projeto de Lei de Conversão 15/08. Como já havia outras oito MPs trancando a pauta, agora são 13 que passam a sobrestar as votações, pois elas têm prioridade sobre todas as outras matérias da pauta.

Duas medidas provisórias referem-se a crédito extraordinário: a MP 420/08, de R\$ 12,5 bilhões a projetos do PAC, e a MP 423/08, de R\$ 613,7 milhões para os ministérios dos Transportes e da Integração Regional.

Plenário aprova mais dois embaixadores

Com 45 votos favoráveis e 8 contrários, o Plenário aprovou ontem as indicações de Carlos Antônio da Rocha Paranhos, para acumular as funções de embaixador do Brasil na Federação da Rússia, na Geórgia e na República do Uzbequistão; e de Raul de Taunay, para as embaixadas na República do Zimbábue e na República do Malauí.

O Plenário acolheu ainda, por 42 votos a favor e 10 contra, o nome de Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

2008 comemora 20 anos da Constituição

A comissão especial para planejar a comemoração dos 20 anos da Constituição de 1988 entregou ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, sua proposta de trabalho. Os destaques são o lançamento de um portal na internet; um concurso de teses e dissertações sobre a Constituinte; a publicação de um livro sobre cada título da Constituição; e a realização de seminários e exposições. A programação foi feita em parceria com a Câmara dos Deputados.

Para Garibaldi, a Carta de 1988 foi uma grande conquista do país.

Projetos de lei contra pedofilia terão prioridade no Congresso

O presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), comunicou ontem ao Plenário a existência de entendimento nas duas Casas do Congresso Nacional para a votação prioritária de todos os projetos de lei encaminhados pelo colegiado sobre o assunto.

– Há um acordo firmado no Senado de que todas as leis para combater o abuso contra crianças votadas no âmbito da CPI da Pedofilia sejam enviadas rapidamente para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e com prioridade para votação no Plenário. E serão votadas com prioridade também na Câmara dos Deputados.

Alertando para a necessidade de as famílias brasileiras pro-



Magno Malta defende a criação de um banco de dados sobre pedófilos

tegerem seus filhos da ação de pedófilos, Magno Malta propôs a criação de um banco de dados de acesso público, a exemplo do que existe nos Estados Unidos, contendo dados pessoais de pessoas flagradas praticando abusos sexuais contra crianças.

Deputadas ficaram chocadas com imagens do Orkut, afirma Malta

Em reunião reservada, a CPI da Pedofilia apresentou a deputadas da Frente Parlamentar Feminina imagens retiradas do site de relacionamento Orkut sobre exploração de menores. A senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) também compareceu à reunião do colegiado.

As imagens foram encaminhadas em abril à comissão, pelo Google, e, segundo declarou Magno Malta, dias após o recebimento do material, mais de 500 pedófilos foram detectados nos cerca de 3 mil álbuns

investigados do Orkut.

O objetivo do presidente da CPI, com a reunião, foi sensibilizar as parlamentares para o trabalho que a comissão está desenvolvendo. “Elas ficaram chocadíssimas”, afirmou.

Malta disse que as deputadas foram convidadas a participar do grupo de trabalho da CPI. Também foi solicitado às parlamentares que sejam relatoras, durante a tramitação na Câmara, de projetos que serão apresentados ao final das atividades da comissão.

Serys e Patrícia Saboya participam de ato contra agressão a menores

Patrícia Saboya (PDT-CE), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Fátima Cleide (PT-RO) participaram no início da noite de ontem, da Caminhada Luminosa, ato de protesto contra a violência que atinge crianças e adolescentes do país.

As senadoras, deputados e deputadas, adolescentes e religiosos percorreram o trajeto entre a Praça dos Três Poderes e a entrada do Congresso Nacional carregando velas, enquanto menores do Projeto Giração tocavam instrumentos de percussão.

Ao chegarem à frente do Congresso, os integrantes da Caminhada Luminosa confraternizaram com manifestantes do Grito da Terra Brasil e depois realiza-

ram ato ecumênico aos pés do mastro da Bandeira Nacional em frente ao Senado, onde entoaram cânticos religiosos, além do Hino Nacional.

Patrícia Saboya, coordenadora no Senado da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Congresso, lembrou que a violência contra menores ainda é “uma ferida aberta” na sociedade brasileira.

Por sua vez, Serys Slhessarenko, que é relatora do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009, prometeu esforços para incluir mais programas de políticas públicas voltados para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Governo e oposição fazem acordo para aprovar cerca de 60 requerimentos que, entre outros fins, convocam representantes de ONGs investigadas por irregularidades

CPI das ONGs aprova acesso a dados de entidades suspeitas

Graças a acordo entre governo e oposição, a CPI das ONGs aprovou convocações de depoentes e acesso a dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre movimentação financeira de entidades sobre as quais há suspeita de irregularidades. O Coaf registra movimentações financeiras acima de R\$ 100 mil

Entre as convocações aprovadas estão as de Luís Antônio Lima e Flávia Maria Camarero, proprietários das empresas Intercorp Consultoria Empresarial e Camarero & Camarero Consultoria empresarial, sugeridas pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). O Ministério Público investiga a contratação, por administrações ligadas ao PT, da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) sem licitação e o repasse de dinheiro à Intercorp e à Camarero & Camarero. Senadores governistas rejeitaram, no entanto, o acesso a informações do Coaf relativas às duas empresas.

Os parlamentares aprovaram, porém, a transferência de dados do Coaf referentes a outras ONGs: Finatec, Associação Verde e Ama-

relo, Fundação de Aprimoramento e Desenvolvimento de Recursos Humanos do Amazonas (Faderh), Instituto Data Brasil, e Fundação Universitária de Brasília (Fubra), entre outras.

Foi aprovado requerimento do senador Sibá Machado (PT-AC) convocando o deputado Antônio Bruno para esclarecer convênios firmados pela Fundação Renascer em Cristo no âmbito do programa Brasil Alfabetizado. De acordo com denúncias, a fundação não teria prestado contas corretamente de recursos no valor de R\$ 1,9 milhão, recebidos por meio de dois convênios de 2003 e 2004.

Prefeituras catarinenses

A CPI acolheu requerimento da senadora Fátima Cleide (PT-RO) convocando dois representantes da Finatec em Santa Catarina: os consultores Rommana Remor e Gileno Schaden Marcelino. De acordo com a senadora, o Ministério Público de Santa Catarina percebeu indícios de subcontratação irregular de serviços nas relações entre os consultores, a Finatec e sete prefeituras catarinenses.

Foi aprovado ainda requerimen-

to do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) convocando o ex-presidente da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Área de Saúde (FunSaúde) José Garrofe Dória, para esclarecer sua participação no convênio entre a entidade e a Finatec. Há indícios de que recursos desses convênios possam ter sido desviados.

Encerramento em julho

Ao fim da reunião da CPI, o relator da comissão, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), informou que conversará com o senador Heráclito Fortes (DEM-PI), autor do requerimento que prorrogou a CPI por mais 180 dias, até 22 de novembro. Arruda acredita não ser necessário prazo tão longo, pois já estão prontas, por exemplo, as sugestões de aprimoramento da legislação. Ele entende que as investigações podem encerrar-se no fim de julho.

Presidente da comissão, o senador Raimundo Colombo informou que a próxima semana será dedicada a reuniões administrativas e que a CPI só deve agendar reuniões públicas a partir do dia 26.



Ao lado do relator, Inácio Arruda, o presidente da CPI das ONGs, Raimundo Colombo (E), informou que depoimentos só a partir de 26 de maio

CPI dos Cartões adia depoimento de assessores para terça

Após contato telefônico com o novo advogado do ex-secretário de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República José Aparecido Pires, a presidente da CPI dos Cartões Corporativos, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), adiou de hoje para terça-feira, às 9h30, os depoimentos de José Aparecido e do consultor André Eduardo Fernandes, as-

essor do senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Eles falarão sobre o vazamento do dossiê com informações de gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

O relator da CPI, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), concordou com o adiamento.

– André já prestou depoimento à PF, mas o José Aparecido não.

Ouvi-los separadamente ou antes de José Aparecido falar com a PF poderia gerar questionamentos sobre favorecimento de um ou de outro. Se José Aparecido ouvir o depoimento de André, isso lhe dará subsídios no depoimento à PF – argumentou.

Para ele, os parlamentares terão muito mais subsídios se aguardarem os depoimentos à PF.



CRÍTICA À REFORMA TRIBUTÁRIA

O senador Osmar Dias (PDT-PR) – foto – criticou a proposta de reforma tributária (PEC 233/08), em tramitação na Câmara, por manter um pressuposto constitucional que, a seu ver, é injusto: os estados produtores de energia hidrelétrica e de petróleo não retêm uma porcentagem (2%) do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) proveniente da distribuição desses produtos, como ocorre com outros bens.

Gerardo Magela

TRIPOLI PRESIDE COMISSÃO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas elegeu ontem o seu novo presidente – o deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP) –, em substituição a Eduardo Gomes (PSDB-TO). A comissão especial tem como vice-presidente o senador Magno Malta (PR-ES) e como relator o senador Renato Casagrande (PSB-ES).

DISTORÇÃO NO IPI SOBRE CIGARRO

Efraim Morais (DEM-PB) – foto – criticou ontem a assimetria tributária no ramo de fabricantes de cigarros. Segundo estudos da Universidade de São Paulo (USP), disse, a distorção seria responsável por uma perda de arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), entre os anos 1999 e 2006, da ordem de R\$ 18 bilhões. O desequilíbrio, explicou o senador, foi causado pelo Decreto 3.070/99.



Leopoldo Silva

Mesa do Senado define 150 cargos a serem preenchidos por concurso

Haverá 90 vagas para nível superior e 60 para nível médio. Regras do processo seletivo serão divulgadas posteriormente por meio de edital específico

A Mesa do Senado confirmou, por meio de ato assinado ontem, a realização de concurso público para o preenchimento de 150 cargos do quadro de pessoal da Casa, definindo áreas e especialidades requeridas. A decisão havia sido anunciada na semana passada pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves. Do total, serão oferecidas 90 vagas para cargos de nível superior e 60 para os

de nível médio. As regras do processo seletivo serão divulgadas posteriormente, por meio de edital específico.

Para o cargo de analista legislativo serão contempladas as áreas de Processo Legislativo, com 25 vagas; Apoio Técnico-Administrativo, também com 25 vagas; e Comunicação Social, com 23 vagas. Nessa última área, o concurso será direcionado a 14

especialidades. Ainda para nível superior, serão oferecidas oito vagas para analista de informática, duas para consultor legislativo e oito para advogado.

Os cargos de nível médio estão divididos em quatro áreas: Comunicação Social (37 vagas), Processo Legislativo (dez vagas), Apoio Técnico-Administrativo (dez vagas) e Polícia Legislativa (duas vagas).

Senado homenageia os 60 anos da criação do Estado de Israel

Com a presença da embaixadora de Israel, Tzipora Rimon, e do presidente da Casa, Garibaldi Alves, o Senado homenageou ontem os 60 anos da criação do Estado de Israel. Convidada a falar durante a sessão, a embaixadora afirmou que a comemoração está ligada à histórica sessão da Organização das Nações Unidas (ONU), presidida pelo diplomata brasileiro Oswaldo Aranha, que em 1947 aprovou a instituição do novo Estado.

A sessão, aberta pelo 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), contou com a presença do presidente da Confederação Israelita do Brasil, Jack Leon Terpins, entre outros representantes da comunidade judaica no país. Todos ouviram o Hino Nacional de Israel, interpretado pela cantora Varda Usiglio. Também foi cantado o Hino Nacional brasileiro.

Adelmir Santana (DEM-DF), primeiro subscritor do requerimento para realização da homenagem, lembrou que Oswaldo Aranha era um dos quatro diplomatas latino-americanos que estiveram à frente da negociação da ONU, em novembro de 1947,

que resultou na divisão do território da Palestina, entre árabes e judeus, no ano seguinte. A criação do Estado de Israel contou com 33 votos a favor, 13 contrários e 10 abstenções, recordou o senador.

Francisco Dornelles (PP-RJ) afirmou que no estado do Rio de Janeiro, pelo qual foi eleito, a comunidade judaica é uma das mais antigas. O senador enalteceu a resistência histórica dos judeus contra perseguições.

A contribuição dos judeus para a ciência e a filosofia, bem como para as artes no mundo foi destacada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Marcelo Crivella (PRB-RJ) contou que já esteve em Israel mais de 30 vezes, conheceu os *kibutzim* e contou com a colaboração de agrônomos e hidrólogos israelenses no projeto da Fazenda Nova Canaã, no sertão da Bahia.

Mão Santa (PMDB-PI) enfatizou a história do “povo ungido por Deus”.

– Deus deixou claro quando ungiu um líder seu, Moisés, e lhe disse: “Liberta o meu povo”. Então, a liberdade é uma imposição de Deus – declarou o senador.



Jane Araújo



Parlamentares e servidores do Senado ouvem discurso de Garibaldi. Publicação em braile terá inicialmente circulação mensal

Jornal do Senado ganha versão em braile

“Tenho orgulho de poder dizer que nós, do Senado Federal, temos assumido um papel de vanguarda no esforço contínuo de inclusão e valorização da pessoa com deficiência”, afirmou ontem o 1º secretário da Casa, Efraim Morais (DEM-PB), no lançamento do **Jornal do Senado** em braile. Efraim também comemorou, em discurso no Plenário, a concretização da iniciativa.

Ao conduzir a solenidade de lançamento, o presidente do Se-

nado, Garibaldi Alves, se disse comovido com a iniciativa de levar informações a um universo cada vez maior de cidadãos. Em seu gabinete, diante de inúmeros deficientes acompanhados de cães-guia, Garibaldi encerrou seu discurso conclamando a inclusão desses brasileiros.

A solenidade contou com a presença dos senadores Adelmir Santana (DEM-DF), Mão Santa (PMDB-PI), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Rosalba Ciarlini

(DEM-RN), e do diretor-geral, Agaciel Maia, dentre outros.

O jornal será distribuído de forma gratuita e, preferencialmente, a entidades que desenvolvem projetos de apoio às pessoas portadoras de deficiência visual. Terá circulação mensal, com previsão de se tornar semanal. Concebido e editado pela equipe do próprio jornal, é transcrito e impresso pelo serviço de braile da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) do Senado.



José Cruz

Representantes da comunidade judaica no Brasil participaram da sessão especial

Sarney presta homenagem a Bello Parga

José Sarney (PMDB-AP) lamentou ontem a morte do ex-senador Luís Carlos Bello Parga, ocorrida na última segunda-feira. Sarney ressaltou a “profunda relação de convivência” que tinham, pois foram contemporâneos do movimento “neomodernista” do fim da década

de 40 no Maranhão.

– Conheci poucos homens com sua compostura, decência, austeridade e simplicidade. Ele passou por esta Casa deixando um exemplo extraordinário. Muitos concordarão sobre o que ele representou para o Senado – destacou.

O senador lembrou a erudição de Bello Parga, que, conforme afirmou, sabia tudo sobre literatura americana, inglesa e francesa e falava bem várias línguas, entre elas latim e até grego, mas mantinha seus conhecimentos “cobertos pela simplicidade”.

Nos últimos tempos, revelou Sar-

ney, Bello Parga vinha se dedicando à tradução de livros clássicos, primando pela originalidade. O senador revelou um fato inusitado: quando exercia seu mandato, Bello Parga percebeu ter recebido a mais três centavos, e procurou a contabilidade da Casa para devolver o dinheiro.

Ideli registra fim de recurso automático

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), registrou a aprovação pela Câmara do projeto que modifica a estrutura do Tribunal do Júri. A modificação, disse, impedirá a repetição de casos como a absolvição do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, apontado como sendo o mandante do assassinato da irmã Dorothy Stang, ocorrido no município de Anapu (Pará).

Em maio de 2007, Vitalmiro fora condenado a 30 anos de prisão. No entanto, utilizou um recurso automático aos condenados a mais de 20 anos. Com a mudança aprovada, o recurso perde o caráter automático.

Rosalba apela por ajuda a pescadores

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) pediu ajuda para os municípios do Vale do Apodi e do Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, vítimas dos efeitos das enchentes. Ela culpou o Ibama pela demora na liberação de recursos para ajudar pescadores e marisqueiros.

A senadora citou que em Macau (RN) uma ponte que dá acesso ao povoado Ilha de Santana ruiu e levou ao rompimento do emissário submarino de esgotos, poluindo a localidade e deixando 800 pescadores sem ocupação.

– O Ibama não reconhece essa situação como calamidade pública – reclamou.

Mesquita Júnior sugere ao STF que realize sessão especial externa sobre a reserva; para Fátima Cleide, há muita “falácia” no discurso dos que se opõem à demarcação

Especialistas destacam acerto da reserva Raposa Serra do Sol

O acerto na demarcação da reserva Raposa Serra do Sol foi destacado em audiência pública no Senado sobre a definição daquela área. O debate foi promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Segundo Paulo Santilli, representante da Funai, o processo de demarcação está consolidado. Ele disse que cerca de 290 produtores de arroz já foram indenizados pelas benfeitorias feitas nas terras.

Por sua vez, o ex-presidente da Funai e indigenista Sydney Possuelo afirmou que a medida

não é aceita por muitas “forças” envolvidas com poder militar, político ou interesses econômicos na região. O professor de Direito da Unisinos (RS) César Augusto Baldi defendeu a constitucionalidade daquela demarcação.

O dirigente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Jecinaldo Sateré, opinou que uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) contrária aos direitos dos índios da área ocasionará graves problemas em outras reservas.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu ao STF que promova uma sessão especial externa e se desloque a Roraima para “sentir com mais precisão o que se passa”. A senadora Fátima Cleide (PT-RO) disse que há “muita falácia” no discurso dos que se opõem à demarcação.

A presidente da Assembleia Legislativa do estado, Aurelina Medeiros, lamentou o fato de o ministro da Justiça, Tarso Genro, não ter conversado com o governador para conhecer o problema.



Na audiência pública da CDH, Sydney Possuelo, Cesar Augusto Baldi, Paulo Paim, Joênia Wapichana, Paulo Santilli e Jecinaldo Mawê

Governador de Roraima participa de audiência na CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza hoje, às 10h, audiência pública com o governador José de Anchieta Júnior, de Roraima, sobre os conflitos em torno da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol. O debate foi re-

querido pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

A reserva foi homologada pelo presidente da República em abril de 2005 em área contínua. Desde então, a retirada da população não-índia que vive na área, em especial os produtores de arroz,

vem gerando conflitos, agravados pela Operação Upatakón 3, da Polícia Federal, iniciada em março último. As ações da PF foram suspensas por determinação do STF, que julgará ação contra a homologação da reserva em área contínua.

Valter Pereira pede equilíbrio

Valter Pereira (PMDB-MS) recomendou equilíbrio ao governo para solucionar o conflito na reserva Raposa Serra do Sol. Ressalvando os direitos dos índios à terra, o senador ponderou que também é preciso olhar os direitos dos não-índios e mestiços.

O parlamentar pediu reflexão sobre a conveniência de se destinar 1,7 milhão de hectares a tribos que já são aculturadas. Valter Pereira estranha a manutenção da reserva em área contínua, desrespeitando a ocupação, ao longo do tempo, por produtores rurais. Para ele, se a reserva fosse descontínua, não prejudicaria a atividade dos índios.

Invasão de ferrovia da Vale é repudiada

Mário Couto e Flexa Ribeiro, ambos do PSDB do Pará, condenaram mais uma invasão e bloqueio da Estrada de Ferro Carajás, de propriedade da Vale. Segundo Mário Couto, garimpeiros se uniram a integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na ação.

– A Vale está sofrendo prejuízos que afetarão também a sociedade – afirmou.

Para Flexa Ribeiro, faltam medidas do governo para impedir ações como a do MST, no momento em que o Executivo quer valorizar exportações e empresas.

– Essas ações afastam possíveis investidores – disse.



Um mês depois de empossado na Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Gilmar Mendes (à direita, na foto) visitou ontem o presidente do Senado, Garibaldi Alves (C). À saída da audiência, Gilmar disse que considera exaurido o formato adotado para as medidas provisórias, por trancar a pauta de votações. O tema foi discutido no encontro.

– Nós precisamos encontrar outro modelo – afirmou o ministro.

GARIBALDI RECEBE PRIMEIRO-MINISTRO DA FINLÂNDIA

O primeiro-ministro da Finlândia, Matti Vanhanen, encontra-se hoje com o presidente do Senado, Garibaldi Alves. Vanhanen está no Brasil acompanhado de 26 empresários de setores como tecnologia ambiental, construção civil, papel e celulose, reflorestamento, reciclagem e energias renováveis. Com o presidente Lula, ele discutirá o programa brasileiro de biocombustíveis, as mudanças do clima e cooperação nas áreas florestal e científica.

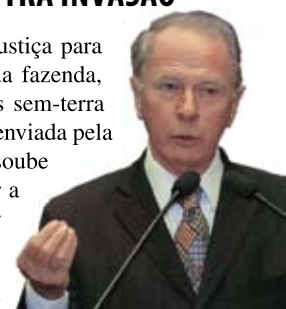
Aposentadoria para trabalhador rural

César Borges (PR-BA) elogiou a medida provisória (MP 410/07) que dilata, até 2010, o prazo para que trabalhadores rurais requeiram aposentadoria. O senador disse que a iniciativa do governo é semelhante a projeto de lei de sua autoria (PLS 60/07) que também estende o prazo pelo mesmo período.

– Infelizmente, o tempo foi passando e minha proposta não chegou a ser transformada em lei, apesar de sua importância para a proteção dos trabalhadores do campo, tão carentes de atenção por parte do Estado brasileiro – observou César Borges.

CAMATA COBRA PROVIDÊNCIA CONTRA INVASÃO

Gerson Camata (PMDB-ES) (foto) pediu justiça para um proprietário rural de 71 anos que teve sua fazenda, em Ourilândia do Norte (PA), invadida pelos sem-terra no último fim de semana. O senador leu carta enviada pela filha do fazendeiro em que relata que sua mãe soube do líder dos sem-terra que a intenção é lotear a área e vender os lotes. Camata perguntou por que o presidente Lula não é “bonzinho” com o proprietário como tem sido com a Bolívia, Paraguai e Argentina.



Leopoldo Silva

MÃO SANTA CRITICA LULA POR NÃO ACEITAR REAJUSTE A APOSENTADO

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou o presidente Lula por ter orientado a base do governo na Câmara dos Deputados a votar contra o projeto, já aprovado pelo Senado, que estende aos aposentados do INSS os reajustes concedidos ao salário mínimo.

– O presidente Lula deve aos velhinhos aposentados – disse.

EXPEDITO QUER CANCELAMENTO DE MULTAS POR VENDA DE BEBIDA

Em pronunciamento, o senador Expedito Júnior (PR-RO) defendeu o cancelamento das multas aplicadas a estabelecimentos comerciais em virtude da medida provisória (MP 415/08) que proibiu a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais. O cancelamento está previsto em projeto do senador.

Senadores e representantes do governo acreditam que Brasil deve aproveitar momento para ampliar produção agrícola

Leopoldo Silva



Esforço para diminuição da pobreza está em risco, diz senador

Valadares alerta para a escalada inflacionária

Para o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), o aumento do preço de alimentos como feijão, milho, trigo e arroz tem como vítima principal os mais pobres. Ele entende que está em risco o esforço feito nos últimos sete anos para diminuir a pobreza no mundo.

Valadares ressaltou que esse é o ponto de vista da Comissão Econômica para América Latina, para quem as políticas de distribuição de renda podem ficar comprometidas diante da inflação dos alimentos.

Leopoldo Silva



Senador diz que setor avícola sofre com os custos de produção

Paim quer ação para evitar alta do preço do milho

Paulo Paim (PT-RS) pediu a intermediação do governo para evitar que a produção de frango e ovos seja ainda mais afetada pela alta do preço do milho.

Segundo o senador, que falou em nome da Associação Gaúcha de Avicultura e do Sindicato das Indústrias de Produção Avícola, os produtores de milho querem manter o preço da produção em alta para a exportação.

Paim quer que o governo libere o estoque regulador de milho para reduzir os preços.

Aumento de preço dos alimentos é irreversível, afirma Stephanes

O preço dos alimentos, em alta no mundo, não deve voltar aos patamares anteriores, afirmou ontem o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes. Ao contrário, com a elevação do consumo, enfatizou, deverão ocorrer novos aumentos até 2012. Em debate promovido pela Subcomissão Permanente de Biocombustíveis e pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o ministro apontou o aumento na oferta como saída para a crise, ressaltando que, no Brasil, há terra suficiente para ampliar cultivos alimentares e, ao mesmo tempo, dinamizar a produção de etanol.

Segundo Stephanes, o aumento dos preços tem sido causado, entre outros fatores, pela elevação do consumo nos países emergentes.

– A demanda por alimentos tem crescido em média 5% nos últimos cinco anos. No mesmo período, os estoques de trigo, milho e arroz caíram pela metade – argumentou.

Ele reconheceu a elevação de custos pelo uso de milho para produção de etanol nos Estados Unidos e destacou as mudanças climáticas como redutoras da produtividade em vários países. O Brasil, continuou, consegue produzir para alimentar a população,



Neuto de Conto (A) e João Tenório comandaram a audiência pública que ouviu ministro da Agricultura (B)

atender ao crescimento de demanda, produzir biocombustível e aumentar as exportações.

Especulação

Para o diretor do Departamento de Proteção da Produção do Ministério Desenvolvimento Agrário, Arnaldo Campos, a entrada do mercado financeiro no setor de alimentos está entre as causas da alta no preço. Segundo ele, o país continua a apoiar a agricultura familiar, responsável pela maioria dos cem itens que são responsáveis pela inflação.

– Dos preços acompanhados, 90 estão estabilizados – informou.

Nesse sentido, o chefe do Departamento de Energia do Ministério das Relações Exteriores, André Aranha Corrêa do Lago, ressaltou que o Itamaraty se esforça para mostrar que as restrições impostas pela Europa aos biocombustíveis não se aplicam ao Brasil.

Senadores defendem produção brasileira de biocombustíveis

O senador João Tenório (PSDB-AL) destacou o esforço que vem sendo feito pelo presidente Lula em defesa dos biocombustíveis. Ele criticou as reações europeias à produção de etanol, ressaltando que, no Brasil, a produção de cana-de-açúcar ocupa apenas 3% da área agrícola, havendo terra disponível para aumento da produção, especialmente pastagens degradadas.

João Tenório, que preside a Subcomissão Permanente de Biocombustíveis, defendeu a coordenação de ações pelo Executivo, Legislativo e setor produtivo para ampliar produção de biocombustíveis.

Para o presidente da CRA, senador Neuto de Conto (PMDB-SC), o país tem respondido com firmeza às acusações, equivocadas, de que a produção de etanol competiria com a de alimentos.

– Estamos provando a capacidade brasileira de combinar cultivos alimentares e bioenergia. O país tem solo, clima e tecnologia para produ-

zir alimentos e etanol – disse.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que a melhoria da produtividade tem sido limitada pelo alto preço dos insumos agrícolas. Para ele, a crise valoriza o trabalho do campo e a necessidade de ampliação de medidas de apoio ao setor.

– Os agricultores voltaram a ser respeitados. O governo deveria lançar um programa de aproveitamento de áreas degradadas para produção de alimentos ou biocombustíveis – defendeu.

Já a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) criticou o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, realizado pelo governo federal.

Em resposta, Reinhold Stephanes informou que o zoneamento é essencial para organizar a produção. Ele confirmou que a tendência é proibir o cultivo de cana-de-açúcar na Amazônia. A decisão, porém, só será tomada após a conclusão do zoneamento.

O senador Aloizio Mercadante

O secretário de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Francelino Grandó, lembrou os avanços tecnológicos obtidos, que permitiram a produção de veículos biocombustíveis e permitirão o aumento da produtividade da cana-de-açúcar. Destacou ainda a transferência de tecnologia a países em desenvolvimento.

Também o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Ergon Krakhecke, ressaltou a cooperação Sul-Sul, em especial com países africanos. Para ele, as críticas aos biocombustíveis decorrem de “enormes interesses econômicos” que têm promovido a desinformação sobre a produção brasileira de etanol. Como exemplo, ele citou recusas da indústria automobilística europeia em testar carros com sistema *flex*.

(PT-SP) disse que o Brasil deve reconhecer que há uma grave crise de alimentos e demonstrar que pode gerar excedentes para exportação. Ele propôs a adoção de uma “política agrícola agressiva” para ampliar a produção.

Como forma de combinar aumento da área plantada com proteção ambiental, o senador Gilberto Gollner (DEM-MT) defendeu o cultivo integrado à floresta.

– A integração agrossilvopastoril combina viabilidade econômica com conservação – afirmou.

Já o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) identificou nas críticas ao etanol brasileiro a atuação de grupos econômicos incomodados. E defendeu projeto de sua autoria (PLS 110/05), já aprovado no Senado, que permite a recomposição de áreas desmatadas na Amazônia pelo plantio de espécies para produção de biocombustível.

– O objetivo é a recomposição da floresta de forma economicamente factível – frisou.

Programa antigripal em SC é modelo

Neuto de Conto (PMDB-SC) congratulou Jaraguá do Sul (SC) pela implantação do programa Vacina Antigripal Infantil, com o objetivo de reduzir internações hospitalares. Conforme o senador, a iniciativa reduziu o número de internações de crianças de zero a cinco anos nos hospitais locais. Foram vacinadas 8 mil crianças desde 2002.

– As internações foram reduzidas em 70%, o que proporciona também uma enorme redução de gastos com atendimento à saúde no município. É um exemplo que a prefeitura local dá a Santa Catarina e ao Brasil no tocante à administração da saúde

Explicações sobre hospitais fechados

O senador Mário Couto (PSDB-PA) quer a convocação do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para explicar por que não estão funcionando hospitais construídos no Pará, especialmente o de Santarém, pelo governo estadual anterior. Ele informou que esse hospital, construído com dinheiro federal e estadual, mantém equipamentos encaixotados.

O senador acusa a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, de agir com “ranço político” pelo fato de os hospitais serem obras do governador passado, seu adversário político. A prefeita de Santarém e a governadora, disse, são do PT.

Filho de Portinari é recebido em Plenário

Inácio Arruda (PCdoB-CE) comunicou ao Plenário a presença de João Cândido Portinari, filho de Cândido Portinari e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e sua esposa Maria.

O senador informou que o casal participou, na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York, de homenagem ao cinquentenário do painel Guerra e Paz, em exposição naquele local.

Inácio Arruda lembrou que o pintor não pôde participar da inauguração de sua obra na sede da ONU em 1958.